

Observação:

Esta resenha foi uma das finalistas no Concurso de Resenhas do Projeto Li, entendi e opinei – 2ª edição.

O trabalho obteve a classificação de 2º lugar na categoria Pós-graduação.

Autores: Bruno dos Santos Silveira Bueno  
Curso: Pós-MBA em Auditoria em Saúde EaD  
Polo: Pinhais  
E-mail: bruno.sbueno@hotmail.com

## **POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO BRASIL: HISTÓRIA, GESTÃO E RELAÇÃO COM A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

### **Resenha**

#### **Sobre a autora**

Neiva Silvana Hack é Assistente Social graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná — PUCPR (2004), Especialista em Gestão Social pela Pós-Graduação Bagozzi (2008) e Mestre em Tecnologia em Saúde pela PUCPR (2016). Atualmente, é professora do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional Uninter, colaboradora da equipe técnica da Associação Educacional de Desenvolvimento Humano e Social (ADDES), pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa *População em situação de rua em Curitiba: perfil e vivências no território central da cidade* e colaboradora no projeto *A gestão na dinâmica das organizações do Terceiro Setor*, ambos vinculados ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação e Sociabilidade (GETFS), certificado pelo CNPq e ligado à escola de Saúde, Biociência, Meio Ambiente e Humanidades (SBMAH) do Centro Universitário Internacional UNINTER. É coordenadora do Projeto de Extensão *Subsídios acadêmicos para a qualificação da rede de atendimento à população em situação de rua*. Atua com assessorias e capacitações nas áreas de projetos sociais, gestão social, assistência social, defesa de direitos da criança, do adolescente, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. Desenvolve atividades na área de projetos sociais desde 2002, na elaboração, execução, coordenação, avaliação e no monitoramento. Compôs equipe técnica que subsidiou processo seletivo de projetos para fundos de solidariedade na região de Curitiba entre 2008 e 2011 (edições anuais). Atua na área da Assistência Social desde 2005. Tem experiência tanto na intervenção direta quanto na assessoria de equipes da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, da Política Nacional de Assistência Social. Participou de instâncias de controle social no campo da Assistência

Social, de 2007 a 2016, e coordenou por quatro anos o Fórum Regional de Assistência Social de Curitiba, Região Metropolitana e Vale do Ribeira. Contribuiu, em 2012, com as Comissões Temáticas do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, na área do Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes e do Reordenamento de Serviços de Acolhimento Institucional.

## **Desenvolvimento**

Esta obra discute a saúde pública brasileira e trata de aspectos históricos do tema para mostrar o desenvolvimento do atendimento gratuito em saúde no Brasil. Aborda a universalização, a integralidade e a qualidade da atenção em saúde e a atuação do SUS, explorando também temas como controle social, tecnologia em saúde e as relações da política pública de saúde com o serviço social.

No Brasil, compreende-se que o atendimento na área da saúde deve ir além do tratamento de doenças e se preocupar também com o bem-estar físico, mental e social das pessoas, como direito fundamental de todos. Tal perspectiva orienta o desenvolvimento das políticas públicas de saúde brasileiras e a luta pelo acesso universal à saúde. Embora, na prática, grande parte da população continue sem atendimento, o aprimoramento do sistema evolui consideravelmente em relação ao número de atendimentos.

A medicina assumiu o papel de guiar o Estado sobre assuntos sanitários para garantir melhoria da saúde individual e coletiva, e, por extensão, a defesa do projeto de modernização.

O sistema de saúde sofre forte influência dos conceitos capitalistas, referenciado nas abordagens do contexto histórico-social da população, amparadas pelos direitos à saúde garantidos pelo Estado. A literatura nos traz conceitos que abrangem as diferenças de uma classe social e a garantia dos direitos asseguradas civilmente.

A margem politicamente correta é uma falha sistêmica em nosso país, que impacta negativamente o meio cultural e dos direitos humanos. A sociologia ensina a relação de direitos e deveres como cidadãos, porém, a realidade mostra apenas os níveis de obrigações.

O avanço da medicina e a consolidação de um sistema público de saúde resultaram em melhorias que encerraram um longo período de transtornos à população carente de qualidade de vida e ansiosa pela utilização de um recurso 100% gratuito. A presença do assistente social iniciou uma atividade importante para auxílio ao bem-estar físico e psicológico dos pacientes.

Com a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) através da Constituição de 1988, a saúde passa a ser entendida como algo que envolve o bem-estar social integral do

indivíduo, ao considerar aspectos como habitação, renda, educação, transporte, etc. Neste contexto, o SUS foi instituído como categoria de direito universal concedido à toda a população.

Todos os brasileiros possuem a seguridade. Os trabalhadores estão amparados pelo sistema, que contempla o acompanhamento e os direitos à gratuidade, bem como assistência psicológica, garantindo assim o bem-estar social e físico.

Os processos que regulamentam o sistema são vulneráveis, por permitirem que falhas intrínsecas se perpetuem e se integrem culturalmente ao sistema em sua totalidade. Tais falhas se relacionam aos fluxos de atendimentos, às longas esperas e às inconsistências com os procedimentos adotados.

Na área da saúde, Chaui (2000, p. 370) afirma que as várias dimensões da ética são imprescindíveis, especialmente no que se refere às éticas do cuidado, da proteção social e militante “[...] onde há múltiplas identidades em interação, este é um desafio cotidiano, que se transforma em um verdadeiro imperativo ético, pois o que está em jogo é a construção de uma prática competente, na qual o valor humano, a qualidade de vida e a dignidade sejam alicerces fundantes e objetivos comuns para toda a equipe”.

Para aprofundar a discussão do fazer profissional de assistentes sociais atuantes na Política de Saúde Pública é preciso definir com maior precisão os elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa, explicitar a relação entre ações profissionais, procedimentos e instrumentos, bem como as orientações teórico-metodológica e ético-política dos agentes sociais (SANTOS; BACK; GUERRA, 2013).

Para os autores, a ética é o braço direito dos elementos fundamentais que corroboram para implementação de técnicas e ações para formação dos assistentes sociais, visto que margeiam questões sociopolíticas.

A obra traz abordagens de variados fundamentos técnicos. A literatura permite refletir sobre as características primordiais da profissão em consonância com as políticas integradas ao sistema de saúde no Brasil. Em comparação com artigo *A política nacional de saúde: o assistente social e os desafios de uma ação interdisciplinar*, que problematiza as competências e atribuições profissionais, assim como os desafios e as possibilidades de inserção das equipes multidisciplinares da saúde em uma ação interdisciplinar, a presente obra enfatiza a relação entre a experiência do profissional com a equipe multidisciplinar, em um espaço em constante construção, com intuito de compreender o trabalho interdisciplinar e interativo.

É pertinente a interatividade do assistente social na participação evolutiva do paciente e não somente em sua efetividade psíquica de entrada e pós-alta, seja por motivos positivos ou negativos. A resolutividade dos casos de assistência social permite que o profissional estabeleça

o condicionamento profissional e ético das ações abordadas para solucionar os problemas enfrentados.

## **Conclusão**

O assistente social tem autonomia e competência profissional para definir seu campo de atuação, quais são ou não suas atribuições, quais matérias lhe são privativas e quais aspectos éticos orientam e delimitam sua prática.

Todo profissional deve ser reconhecido em sua contribuição e ter asseguradas as condições de trabalho fundamentais para exercício de sua função. Assim como se defende o usuário, também aos profissionais se exige respeito, sem discriminação, preconceitos ou privilégios.

A discussão proposta nesta resenha pode ser amplamente enriquecida no debate cotidiano dos profissionais que atuam na área da saúde. Pretendemos evidenciar aqui que defender a consolidação do SUS, segundo seus objetivos e princípios fundamentais, é uma ação convergente com as premissas estabelecidas no projeto ético-político da profissão e explicitadas nos princípios do Código de Ética do assistente social.

## **Referências**

CHAUI, M. de Souza. Público, privado, despotismo. *In*: NOVAES, A. (org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 345-390.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do assistente social**. Brasília: CFESS, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (CONASS). **Vigilância em Saúde — Parte 1**. 1. ed. Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Para Entender a Gestão do SUS).

RELATÓRIO OFICIAL apresentado à III Conferência de Saúde. Ministério da Saúde, 1963. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio\\_3.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_3.pdf). Acesso em: 19 jan. 2022.

SANTOS, Josiane. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.